**FIOCRUZ - COGIC**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2018**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ – FIOCRUZ, por meio da Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi - COGIC, sediada no endereço Av. Brasil, nº 4.365, Manguinhos, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 21.040-900, Prédio Sede da COGIC, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, **do tipo menor preço,** nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, Instruções Normativas SEGES/MPDG nº 05, de 26 de maio de 2017, nº 02, de 11 de outubro de 2010 e nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto n° 8.538, de 06 de outubro de 2015, Portaria nº 409, de 21 de dezembro de 2016, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 19/07/2018

Horário: 10:00 horas.

Local: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br

1. DO OBJETO
   1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de **Locação de Veículos com Motoristas,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2018, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 254462

Fonte: 065100012

Projeto atividade: 001.2000.003.14919

Elemento de Despesa: 339033

1. DO CREDENCIAMENTO
   1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
   2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, com a solicitação de login e senha pelo interessado.
   3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
   4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
   5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.
2. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.
   1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no §3º do artigo 8º da IN SLTI/MP nº 2, de 2010.
   2. Não poderão participar desta licitação os interessados:
      1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
      2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
      3. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
      4. Que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação;
      5. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
      6. *Sociedades Cooperativas,*

4.3. Como condição de participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.3.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.3.1.1. A assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa ou empresa de pequeno porte;

4.3.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

4.3.3. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.3.4. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

4.3.5. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009;

*4.3.6*. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.7. Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;

4.3.8. Que cumpre os requisitos do Decreto n. 7174, de 2010, estando apto a usufruir dos critérios de preferência.

1. DO ENVIO DA PROPOSTA
   1. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
   2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
   3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
   4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
   5. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.
   6. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
      1. *Valor (mensal, unitário, conforme o caso) e (anual, total)* *do item;*
      2. Descrição detalhada do objeto, contendo, entre outras, as seguintes informações:
   7. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
   8. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.
      1. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, caso o previsto não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1° do artigo 57 da Lei n° 8.666, de 1993.

5.8.2. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea “b” do inciso I do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, nos termos do art. 63, §2º da IN 5/2017);

* 1. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI, o licitante deverá incluir, no campo das condições da proposta do sistema eletrônico, o valor correspondente à contribuição prevista no art. 18-B da Lei Complementar n. 123, de 2006.
  2. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias**,** a contar da data de sua apresentação.

1. DA FORMULAÇÃO DE LANCES E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS
   1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
   2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades.
      1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
      2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
   3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
   4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e os licitantes.
   5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
      1. O lance deverá ser ofertado pelo valor anual/total do item.
   6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
   7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
      1. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos
   8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
   9. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
   10. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
   11. O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos
   12. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.
   13. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
   14. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.
   15. Encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
   16. Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
   17. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
   18. Caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
   19. Só se aplica o sorteio quando houver empate entre as propostas e ausência de lances. Lances equivalentes não serão considerados iguais, vez que a ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação.
2. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.
   1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

7.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MPDG n. 5/2017, que:

7.2.1. Contenha vício insanável ou ilegalidade;

7.2.2. Não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

7.2.3. Apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível;

7.2.4. Não vierem a comprovar sua exequibilidade, em especial em relação ao preço e produtividade adotada.

* 1. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3° do artigo 43 da Lei n° 8.666, de 1993, a exemplo das enumeradas no anexo VII-A, item 9.4 da IN nº 05/2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
  2. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.
  3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
  4. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo mínimo de 180 (cento e oitenta), sob pena de não aceitação da proposta.
     1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
  5. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.10 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “*chat*” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

7.11 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

* + 1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
    2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
  1. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

1. DA HABILITAÇÃO
   1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
      1. SICAF;
      2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
      3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\_adm/consultar\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).
      4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;
   2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
   3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
   4. Os licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e trabalhista:
   5. **Habilitação jurídica:**

8.5.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

8.5.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.5.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.5.5. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte;

8.5.6. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

8.5.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

**8.6. Regularidade fiscal e trabalhista:**

8.6.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.6.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.6.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.6.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.6.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.6.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.6.7. Casos o licitante seja considerado isento dos tributos Municipais ou Estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal e/ou Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.6.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

* 1. **Qualificação Econômico-Financeira**:
     1. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
     2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, referentes ao último exercício social, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.7.2.1 O licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente deverá comprovar que possui (capital mínimo ou patrimônio líquido) equivalente a 10% (Dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

* 1. As empresas deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:
     1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado comprovando a execução do serviço, em quantidade mínima, de Locação de 16 (dezesseis) Veículos com Motorista.
        1. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
        2. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 da IN SEGES/MPDG n. 5, de 2017.

8.8.1.2.1 O atestado apresentado para um item não poderá ser utilizado para os demais, exceto o quantitativo excedente.

8.8.1.2.2. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

8.8.2. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

8.8.3. Declaração de que instalará escritório no **Estado do Rio de Janeiro**, **em um raio máximo de até 50 (cinquenta) km da cidade do Rio de Janeiro**, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato, em cumprimento ao disposto no item 10.6, ‘a’, do anexo VII da IN SLTI/MP nº 05/2017. Caso a licitante já disponha de matriz, filial ou escritório no local definido, deverá declarar a instalação/manutenção do escritório.

*8.9. As empresas cadastradas ou não no SICAF deverão apresentar ainda:*

**8.9.1 Atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, caso exigida no Termo de Referência, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017;** OU

8.9.2.Declaração emitida pelo licitante de que conhece as condições locais para execução do objeto ou que realizou vistoria no local do evento, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, ou caso opte por não realiza-la, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejam avenças técnicas ou financeiras com este (órgão ou entidade), na forma do Anexo VI deste Edital.

8.10 O licitante enquadrado como Microempreendedor Individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

8.11 Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema (upload), no prazo mínimo de 120 (cento e vinte), após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico. Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do e-mail cogic.segec@fiocruz.br. Posteriormente, os documentos serão remetidos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferidos com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo de 3 (três) dias, após encerrado o prazo para o encaminhamento via funcionalidade do sistema (upload).

8.1.1. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.12.A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, da qualificação econômico-financeira e da habilitação jurídica, conforme o caso, poderá ser substituída pela consulta ao SICAF, nos casos em que a empresa estiver habilitada no referido sistema, conforme o disposto nos arts. 4º, caput, 8º, § 3º, 13 a 18 e 43, III, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 11.10.10.

8.13. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

8.14. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema**,** o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 2 (duas) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

8.15.A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

8.15.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

8.16. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

8.17.A não-regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.

8.18. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.19. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.20. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.21. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

9.DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

* 1. A sessão pública poderá ser reaberta:
     1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
     2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.
  2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
     1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.
     2. A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

1. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA
   1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 3 (horas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:
      1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
      2. Apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor, em conformidade com o modelo anexo a este instrumento convocatório.
      3. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
   2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
      1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
2. DOS RECURSOS
   1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.
   2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
      1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.
      2. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
      3. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou no mesmo prazo fazê-lo subir, devidamente informado, para decisão.
   3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
   4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.
3. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
   1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.
   2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.
4. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO
   1. O adjudicatário, no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do Termo de Contrato, prestará garantia de 5% (cinco por cento), que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais. O prazo para apresentação da garantia poderá ser prorrogado por igual período a critério da Administração contratante.
      1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
      2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Contratante a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.
   2. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.
   3. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
      1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
      2. Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
      3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada.
   4. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
   5. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
   6. O garantidor não é parte legítima para figurar em processo administrativo instaurado pela Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada (inserido pela IN nº 05/2017)
   7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
   8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.
   9. Será considerada extinta a garantia:
      1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
      2. No prazo de 90 dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será estendido, nos termos da comunicação.
   10. Após a homologação da licitação, o adjudicatário terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, cuja vigência será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse da Contratante até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme disciplinado no contrato.
   11. Previamente à contratação, a Administração realizará consulta “on line” ao SICAF, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.
       1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.
   12. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidadepara a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de seu recebimento*.*
   13. O prazo previsto para assinatura ou aceite poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
5. DO REAJUSTE
   1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Contrato, anexo a este Edital.
6. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO
   1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.
7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA
   1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.
8. DO PAGAMENTO
   1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
   2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento provisório e definitivo do serviço, nos seguintes termos:

17.2.1. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

17.2.2. No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, o fiscal técnico deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

17.3. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento do relatório mencionado acima, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

17.3.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

17.3.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

17.3.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

17.4 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

17.5 O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados, devidamente acompanhada das comprovações mencionadas no item 2 do Anexo XI da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

17.6 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.7 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

17.8 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

17.9 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.10 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

17.11 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

17.12 Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

17.13 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

17.13.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, exclusivamente para as atividades de prestação de serviços previstas no §5º-C, do artigo 18, da LC 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, observando-se as exceções nele previstas. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

17.14 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até o efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

I=(TX/100)

365

EM = I x N x VP, sendo:

I = índice de atualização financeira;

TX= Percentual de taxa de juros de mora anual;

EM=Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

1. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
   1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:
      1. Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
      2. Apresentar documentação falsa;
      3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
      4. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
      5. Não mantiver a proposta;
      6. Cometer fraude fiscal;
      7. Comportar-se de modo inidôneo;
   2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
   3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
      1. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
      2. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
   4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.
   5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
   6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
   7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
   8. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.
2. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
   1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

19.2 A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail cogi.segec@fiocruz.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Prédio Sede da COGIC Sl. 19, Av. Brasil, nº 4.365 Manguinhos ● Rio de Janeiro/RJ ● Brasil, CEP: 21.040-900, seção de Protocolo.

* 1. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.
  2. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
  3. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
  4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
  5. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
   1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
   2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
   3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
   4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
   5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
   6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
   7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
   8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

20.11 O Edital estará disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico Comprasnet ou www.cogic.fiocruz.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço: Prédio Sede da COGIC, Sl. 11, Av. Brasil, nº 4.365 Manguinhos ● Rio de Janeiro/RJ ● Brasil, CEP: 21.040-900, nos dias úteis, no horário das 09:00 as 11:30 horas e das 14:00 as 16:30 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

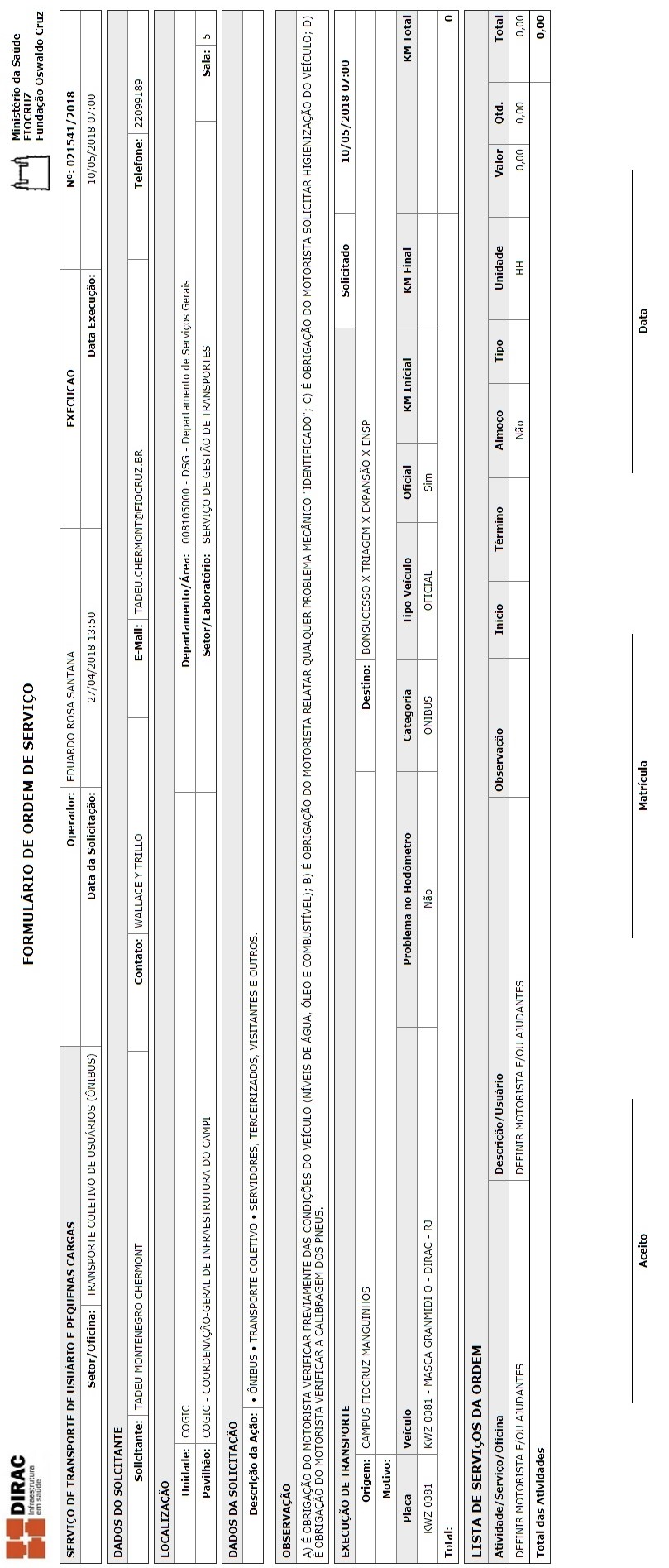
* 1. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
     1. ANEXO I - Termo de Referência;
     2. ANEXO II - Planilhas de Formação dos Custos;
     3. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato;
     4. ANEXO IV – Modelo de Proposta;
     5. ANEXO V – Modelo de declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração Pública;
     6. ANEXO VI – Modelo de Termo de Vistoria; (quando for o caso)
     7. ANEXO VI - Modelo de Instrumento de Medição de Resultado - IMR Anexo V-B da IN SEGES/MP N.5/2017;
     8. ANEXO VII – Termo de Sigilo e Confidencialidade;
     9. ANEXO VIII – Termo de Conciliação do Ministério Público do Trabalho e a União

Rio de Janeiro, ....... de ............ de 2018.

**Assinatura da autoridade competente**

**ANEXO 1**

**ORDEM DE SERVIÇO**

****

**ANEXO 2**

**IMR - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO**



**ANEXO 3**

**MODELO DA IDENTIFICAÇÃO DO VEÍCULO** 

**ESPECIFICAÇÕES:**

1 - “A SERVIÇO DO GOVERNO FEDERAL” - letras tipo helvética média, caixa alta, negrito com 20 mm de altura na cor preta.

2 - sigla do órgão / entidade - letras tipo helvética média, caixa alta, negrito com 50 mm de altura na cor azul marinho (pantone 2597 cv).

3 – sublinhado - com 3 mm e a 5 mm de distância da sigla do òrgão

4 – “USO EXCLUSIVO EM SERVIÇO” - letra tipo helvética normal, caixa alta, com 20 mm de altura na cor amarelo ouro (pantone 108 cv), inscrita em tarja azul marinho (pantone 2597 cv), de 30mm de comprimento e 380mm de largura.

5 - borda na cor azul marinho (pantone 2597 cv), com largura de 5mm.

6 – fundo na cor amarelo ouro (pantone 108 cv).

**OBSERVAÇÕES: 1)**A utilização da identificação acima indicada é obrigatória.

**2)** A arte final deverá ser aprovada pela fiscalização do contrato da COGIC.

**ANEXO II – PLANILHAS DE FORMAÇÃO DOS CUSTOS**

**A SER ENCAMINHADA EM ARQUIVO DIGITAL**

**ANEXO III - TERMO DE CONTRATO**

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº ......../2018, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ – FIOCRUZ E A EMPRESA ...................................................**

A União, por intermédio da Fundação Oswaldo Cruz -FIOCRUZ, com sede na Av. Brasil, nº 4.365, Prédio Sede da COGIC, Sl. 11, Manguinhos, Rio de Janeiro/RJ, Brasil, CEP: 21.040-900, Tel: +55 21 2209-2022 CNPJ sob o nº 33.781.055/0003-05, neste ato representado pelo Coordenador Geral de Infraestrutura dos Campi, Sr. Roberto Pierre Chagnon, nomeado pela Portaria nº 175, de 24 de janeiro de 2018, publicada no *DOU* de 26 de janeiro de 2018, inscrito(a) no CPF nº ...................., portador(a) da Carteira de Identidade nº 06.525.254-6, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) .............................. inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ............................, sediado(a) na ..................................., em ............................. doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....................., portador(a) da Carteira de Identidade nº ................., expedida pela (o) .................., e CPF nº ........................., tendo em vista o que consta no Processo nº 25389.100106/2018-63 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 19/2018-COGIC, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO
   1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de LOCAÇÃO DE VEICULOS COM MOTORISTA**,** que serão prestados nas condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas no Termo de Referência e demais anexo do Edital.
   2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.
2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA
   1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de .........../......../........ e encerramento em .........../........./.........., podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:
      1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;
      2. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
      3. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
      4. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
      5. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
      6. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação; e
      7. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.
      8. A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
   2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO
   1. O valor total da contratação é de R$.......... (.....)

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

1. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
   1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2018, na classificação abaixo:

Fonte: 0615100012

Projeto/Atividade: 001.2000.003.14919

Elemento de Despesa:339033

* 1. No (s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

1. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO
   1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital e no Anexo XI da IN SEGES/MP nº 5/2017
2. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

O preço consignado no contrato será corrigido anualmente, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação dos Preços dos insumos utilizados para a prestação do serviço, mediante as comprovações dos preços e Índices. Oficiais correlatos, seguindo as orientações do capítulo V da subseção VI da IN 05/17.

* 1. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

1. *CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO*

7.1. A CONTRATADA, na assinatura deste Termo de Contrato, prestou garantia no valor de R$ ............ (...............................), na modalidade de ............................, , observadas as condições previstas no Edital, com validade de 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação , observados os requisitos previstos no item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

1. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO
   1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.
2. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA
   1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.
3. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.
   1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.
4. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO
   1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.
   2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.
   3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.
   4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
      1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
      2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
      3. Indenizações e multas.
5. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES
   1. É vedado à CONTRATADA:
      1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
      2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.
6. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES
   1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, bem como do ANEXO X da IN nº 05, de 2017.
   2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
   3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
7. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS
   1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.
8. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO
   1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.
9. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO
   1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária da Cidade do Rio de Janeiro - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Rio de Janeiro, .......... de.......................................... de 2018.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Representante legal da CONTRATANTE

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1-

2-

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **ANEXO IV**  Proposta Pró-Forma | | | |
|  | | | |
| Documento: | PGE 19/2018-COGIC | Processo: | 25389.100106/2018-63 |
| Data da Licitação: 04/07/2018 |  | Hora da Licitação: |  |
| Proponente: |  | Telefone: |  |
| Endereço: |  | Fax: |  |
| Bairro: |  | Cidade: |  |
| UF: |  | CEP: |  |
| CNPJ/MF |  | Insc. Estadual: |  |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Banco: | Agência: | Conta Bancária: |

|  |
| --- |
| Inscrição no SIMPLES: [   ] SIM     [   ] NÃO |
| Validade da Proposta: |
| Prazo de Entrega: |

|  |  |
| --- | --- |
| ITENS | |
| Item 1   |  | | --- | |  | | CONTRATAÇÃO de empresa de LOCAÇÃO DE VEICULOS COM MOTORISTA, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e em seus anexos.  - Unidade: serviço.  - Quantidade: 1. | | Valor Total: R$ | |

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

**ANEXO V**

**DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E / OU**

**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

A empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrita no C.N.P.J. sob o nº \_\_\_\_\_\_\_\_ com sede (endereço completo), declara sob as penas da Lei que possui os seguintes contratos firmados com a Iniciativa Privada e a Administração Pública:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Nome do Órgão/Empresa | Vigência do Contrato | Valor total do contrato |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |
| Valor total dos Contratos R$ | | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ |

Observação:

Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo dos órgãos/empresas, com os quais tem contratos vigentes, sendo facultado à Comissão a verificação da veracidade das informações, através de diligências junto às instituições contratadas com a licitante.

Local e data

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

[Nome do Representante Legal]

[Nº da Carteira de Identidade/Órgão Emissor]

**ANEXO VI**

**ATESTADO DE VISTORIA**

DECLARAMOS, para fins de participação no processo licitatório PGE nº 19/2018-COGIC da Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz , que a licitante \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, instalada no endereço:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ na cidade de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, representada tecnicamente e legalmente pelo profissional \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, documento de identidade nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, compareceu nesta data ao Campus FIOCRUZ/RJ e tomou conhecimento, em vistoria técnica, das condicionantes à prestação dos serviços alvo desta contratação.

Local e Data

(Assinatura, matrícula e identificação do Servidor da Fiocruz)

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA

Concordamos com os termos da declaração acima, dando-nos por satisfeitos com as informações obtidas e plenamente capacitados a elaborar nossa proposta para a licitação.

Local e Data

(Assinatura e identificação do representante legal da licitante)

Nota: A empresa deverá anexar a esta declaração documento comprobatório da competência de seu representante legal para a referida visita.

**OBS 2: Os participantes que optarem por não realizar a Visita Técnica, deverão apresentar declaração assinada pelo seu** representante legal **de que possuem pleno conhecimento do objeto a ser contratado.**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**PREGÃO ELETRÔNICO**

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA1. DO OBJETO**

* 1. Contratação de empresa especializada na locação de veículos com motorista, para atender as demandas dos *campi* da Fiocruz do estado do Rio de Janeiro, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento.

**2-JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

2.1- A Fundação Oswaldo Cruz que é considerada a mais destacada instituição atuante na área de ciência e tecnologia em saúde da América Latina. Vinculada ao Ministério da Saúde, abriga atividades que incluem o desenvolvimento de pesquisas; a prestação de serviços hospitalares e ambulatoriais de referência em saúde; a fabricação de vacinas, medicamentos, reagentes e kits de diagnóstico; o ensino e a formação de recursos humanos; a informação e a comunicação em saúde, ciência e tecnologia; o controle da qualidade de produtos e serviços; e a implementação de programas sociais. São mais de 7.500 servidores e profissionais com vínculos variados a serviço da saúde.

2.2- A Fiocruz está presente em todas as regiões do Brasil, entretanto, sua atuação teve início no Rio de Janeiro, onde estão localizados oito campi, dentre eles o campus sede, em Manguinhos. A diversidade de atuação da instituição demanda diversos serviços de infraestrutura e de transporte. E como não existem no quadro de servidores da Instituição trabalhadores qualificados para desempenhar estas atividades, posto que as mesmas não estão contempladas no Plano de Carreiras da Instituição, a terceirização torna-se a única alternativa para dispor dos serviços.

2.3- A pretensa contratação tem como objetivo atender as necessidades de locomoção de servidores, pesquisadores e pessoas autorizadas, translado de autoridades, bem como o transporte documentos e materiais biológicos, realização de pesquisas de campo e, movimentação de materiais e de pequenas cargas.

**3-DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**

3.1- O objeto a ser contratado é de natureza comum nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei nº 10.520, de 2001, c/c art. 4º do Decreto nº 5.450/2005, vide item 2.7 do Anexo V da IN nº 05/2017.

3.2- Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto n° 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

3.3- A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

3.4**-VIGÊNCIA DO CONTRATO**

3.4.1- O Contrato terá duração de 12 meses consecutivos e ininterruptos, nos termos prescritos neste termo de referência e no Edital, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, totalizando 60 meses, conforme inciso II do art. 57 da lei 8.666/93, procedendo-se o reajustamento que garanta a manutenção do equilíbrio econômico financeiro do contrato em condições vantajosas para a Instituição.

**4- FORMA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

4.1- Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

4.1.1- C**aracterística dos veículos, quantitativo e carga horária:**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Descrição dos Veículos** | **Utilização**  **(carga horária)** | **Quantidade Total de Veículos** | |
| **Fiocruz – Campus Manguinhos** | **Fiocruz – Instituto Fernandes Figueira** |
| Veículo tipo sedan | 44 horas semanais  (segunda a sexta) | **06** | **03** |
| Veículo tipo sedan | 168 horas semanais  (segunda a segunda) | **-** | **01** |
| Veículo tipo utilitário | 44 horas semanais  (segunda a sexta) | **12** | **01** |
| Veículo tipo “pick up” | 44 horas semanais  (segunda a sexta) | **05** | **-** |
| Veículo tipo “motocicleta” | 44 horas semanais  (segunda a sexta) | **01** | **03** |
| **TOTAL POR CAMPUS FIOCRUZ:** | | **24** | **08** |
| **TOTAL GERAL DO CONTRATO:** | | **32** | |

4.1.1.1- **Veículo tipo sedan:**

1. Veículos de no máximo 05 (cinco) anos de uso a partir da data de fabricação;
2. Movido a combustível renovável, (Lei Federal nº 9.660, de 16/6/98);
3. Capacidade para cinco pessoas (incluindo o motorista);
4. Modelo com quatro portas; motor superior a 1000 cilindradas;
5. Ar Condicionado original de fábrica; rádio AM/FM;
6. Com película de proteção solar (tipo *insulfilm*) nos vidros laterais e traseiros;
7. Air bag e freios ABS.
8. Veículos em perfeitas condições de uso;

4.1.1.2- **Veículo utilitário:**

1. Cargas leves – até 1.000 kg;
2. Veículos de no máximo 05 (cinco) anos de uso a partir da data de fabricação;
3. Movido a combustível renovável, (Lei Federal nº 9.660, de 16/6/98);
4. Capacidade para, no mínimo, sete pessoas (Incluindo o motorista);
5. Com duas portas na cabine, porta lateral e da mala;
6. Ar Condicionado original de fábrica; rádio AM/FM;
7. Com película de proteção solar (tipo *insulfilm*) nos vidros laterais e traseiros;
8. Air bag e freios ABS.
9. Veículos em perfeitas condições de uso;

4.1.1.3- **Veículo tipo “pick up”:**

1. Cargas leves – até 1.000 kg;
2. Veículos de no máximo 05 (cinco) anos de uso a partir da data de fabricação;
3. Tração 4x4 movida a diesel;
4. Capacidade para, no mínimo, cinco pessoas (Incluindo o motorista);
5. Com duas portas na cabine dupla, e da mala;
6. Ar Condicionado original de fábrica; rádio AM/FM;
7. Com película de proteção solar (tipo *insulfilm*) nos vidros laterais e traseiros;
8. Air bag, freios ABS e Capota de fibra.
9. Veículos em perfeitas condições de uso;

4.1.1.4- **Veículo tipo Motocicleta:**

1. Veículos de no máximo 04 (quatro) anos de uso a partir da data de fabricação;
2. Movido a combustível renovável, (Lei Federal nº 9.660, de 16/6/98);
3. Motocicleta equipada com baú para a guarda dos volumes em que conste estampado o logotipo da contratada e com dispositivo de tranca tipo cadeado;
4. Veículos em perfeitas condições de uso;

**Observações:**

1. **Os veículos locados, Sedan, Utilitário e Pick up somente poderão ser mantidos no contrato durante a sua vida útil de 05 anos, devendo a contratada substitui-los quando atingirem o limite supracitado.**
2. **As Motocicletas locadas somente poderão ser mantidos no contrato durante a sua vida útil de 04 anos, devendo a contratada substitui-los quando atingirem o limite supracitado.**

4.1.2- **Modelo de execução do objeto:**

4.1.2.1- Demanda X Quantidade solicitada:

**Veículo tipo sedan e utilitário:**

A demanda média mensal por veículo corresponde a um percurso de 1.500 quilômetros, sendo a estimativa máxima por mês de 34.500 (trinta e quatro mil e quinhentos) quilômetros (considerando a quantidade total estimada de veículos, ou seja, os vinte e três veículos).

**Veículo tipo “pick up”:**

A demanda média mensal por veículo corresponde a um percurso de 2.200 quilômetros, sendo a estimativa máxima por mês de 11.000 (onze mil) quilômetros (considerando a quantidade total estimada de veículos, ou seja, os cinco veículos).

**Veículo tipo Motocicleta:**

A demanda média mensal por veículo corresponde a um percurso de 1.500 quilômetros, sendo a estimativa máxima por mês de 6.000 (seis mil) quilômetros (considerando a quantidade total estimada de veículo, ou seja, quatro veículos).

4.1.2.2- **Localização dos campi do Rio de Janeiro que serão atendidos com a prestação de serviço:**

**a) Campus Manguinhos** (sede): Avenida Brasil, 4365, Manguinhos/RJ

**b) Expansão do Campus Manguinhos**: Av. Brasil, 4036, Manguinhos/RJ

**c) Complexo Tecnológico de Medicamentos** **(CTM/FARMANGUINHOS)**: Av. Comandante Guaranys, 447, Jacarepaguá/RJ

**d) Instituto Fernandes Figueira (IFF)**: Av. Rui Barbosa, 176, Flamengo/RJ

**e) Campus Mata Atlântica**: Estr. Rodrigues Caldas, 3.400, Jacarepaguá/RJ

**f) Instituto de Endemias Rurais (INERU)**: Estrada da Covanca, 60, Jacarepaguá/RJ

**g) Centro de Referência Prof. Hélio Fraga (CRPHF)**: Estrada de Curicica, 2.000, Jacarepaguá/RJ

**h) Palácio Itaboraí**: Rua Visconde de Itaboraí, 188, Val Paraíso/Petrópolis

**OBSERVAÇÕES**:

1) A prestação dos serviços abrange a circulação por toda a área metropolitana do Rio de Janeiro, outros Municípios limítrofes, cidades litorâneas e do interior do estado do Rio de Janeiro.

2) Os veículos do contrato irão fazer base no **Campus Manguinhos** (sede): Avenida Brasil, 4365, Manguinhos/RJ e no **Instituto Fernandes Figueira** **(IFF)**: Av. Rui Barbosa, 176, Flamengo/RJ, conforme informado no item 4.1.2 deste instrumento.

4.1.2.3- **Serviço de Coleta de Leite Humano:**

4.1.2.3.1-Segue as recomendações descritas no item 6.2 da RDC nº 171/2006, que se refere ao transporte deste produto, destacando que o mesmo deve ser transportado em cadeia de frio, fato este garantido pelo transporte ser realizado em caixas isotérmicas com gelo reciclável, fornecido pelo Instituto Fernandes Figueira, e temperatura controlada, garantindo que o leite humano não ultrapasse 5ºC. O transporte deve ser realizado em no máximo 6 horas.

4.1.2.3.2- O veículo para o transporte do Leito Humano deve: a) garantir a integridade e qualidade do produto; b) ser limpo, isento de vetores e pragas urbanas ou qualquer evidencia de sua presença; c) ser adaptado para transportar o recipiente isotérmico de modo a não danificar o produto e garantir a manutenção da cadeia de frio; d) ser exclusivo no momento do transporte conforme rota estabelecida; e) conduzido por motorista treinado para desenvolver a atividade de coleta domiciliar do Leite Humano. Todos os motociclistas recebem treinamento e orientações da equipe do Banco de Leite, com a finalidade de conhecer todo o processo, ser educado com a doadora e saber que transporta um produto que pode melhorar a qualidade de vida de prematuros. Outro documento que garante a qualidade dos serviços realizados pelos motociclistas que prestam serviços para o Banco de Leite Humano é a Norma Técnica BLH-IFF/NT- 19.11 de 2011, que diz respeito ao transporte do leite humano ordenhado, que traz referências bibliográficas que apontam a garantia da qualidade do produto durante o transporte, além de pontuar os princípios desta atividade e definir as ações durante o transporte, o tipo de embalagem e a rotulagem, fatores que o motorista deve estar atento ao receber o produto. Diante das notificações acima, podemos avaliar a atividade de coleta domiciliar do Banco de Leite, como uma das atividades de grande importância, pois sem a coleta externa, não produziria um volume de leite pasteurizado suficiente para garantir a segurança alimentar e nutricional aos recém nascidos prematuros e outras crianças internadas no IFF que deste produto necessitem.

4.1.2.4- **Serviço de Transporte de Hemocomponentes e Hemoderivados:**

4.1.2.4.1-A retirada e o acondicionamento dos hemocomponentes e hemoderivados são de responsabilidade da Serviço de Hemoterapia (Agencia transfusional do IFF), devendo ser realizada por funcionário da própria e observadas as normas vigentes para a sua realização. Para a retirada de hemoderivados deve ser utilizada caixa isotérmica de poliuretano contendo gelo reciclável apropriado para manter a temperatura adequada. Para o acondicionamento de hemocomponentes devem ser utilizadas caixas isotérmicas de poliuretano contendo gelo reciclável, fornecido pelo IFF, apropriado para manter a temperatura adequada de transporte, observando a necessidade de cada produto e o tempo envolvido. Caixas individuais devem ser utilizadas, para cada tipo de produto: Concentrado de Hemácias; Concentrado de plaquetas; Plasma e Crioprecipitado; A temperatura ideal de transporte de concentrados de hemácias é entre 1°C e 10°C. Plasma e crio devem ser acondicionados de forma a manter o congelamento durante o transporte. As plaquetas devem ser acondicionadas de forma que a temperatura se mantenha entre 20°C e 24°C.

4.1.2.4.2- **Preenchimento da ficha de transporte/formulário de controle de temperatura:** O transporte de hemocomponentes deve ser acompanhado de documento onde conste nome, endereço e telefone de contato do serviço de hemoterapia remetente e do serviço de hemoterapia receptor. Deve constar a relação dos componentes transportados com os números de identificação, a data e hora da retirada, condições de conservação e responsável pelo transporte. A temperatura da caixa de transporte deve ser anotada no caso de haver hemocomponentes na caixa em formulário próprio. Ao sair do IFF terá sido anotado pelo técnico do Banco de Sangue (Hemoterapia) no formulário. Ao sair do HEMORIO o motorista deverá anotar no formulário entregue pelo HEMORIO a temperatura das caixas de transporte. No caso de mais de uma caixa, fazer a anotação no formulário correspondente a cada hemocomponente.

4.1.2.4.3- **Tempo de transporte:** Para adequada conservação dos produtos foi estabelecido um tempo padrão durante o qual a temperatura necessária será mantida com a quantidade de gelo reciclável correspondente, colocado na caixa de transporte. Durante o transporte de hemocomponentes o motorista não deve ser designado para nenhuma outra tarefa que possa prolongar este período de tempo. Em caso de atrasos ou acidentes o motorista deve entrar em contato imediatamente com o Serviço de Hemoterapia (2554-1763) para orientação.

4.1.2.4.4- **Locais e Acessos:**

**HEMORIO**

Seção de Conservação e Expedição – (21) 2332-8627  
Rua Frei Caneca, 08, 2º andar – Centro – Rio de Janeiro

Este é o principal fornecedor de hemocomponentes e hemoderivados do IFF.

Estacionar na área de Carga e Descarga do HEMORIO, compartilhada com o Hospital Municipal Souza Aguiar, entrada pela Praça da República 111, Centro.

Ao entrar no hospital o motorista deve se identificar junto ao segurança do HEMORIO com documento de identificação oficial (com retrato), e indicar destino: Setor de Expedição, 2º andar.

**Eventualmente:**

**INCA II**

Rua Equador, 831 - Santo Cristo, Rio de Janeiro – RJ

Telefone (21) 3207-2932

**INCA I**

Praça da Cruz Vermelha s/n, Centro, Rio de Janeiro – RJ

Telefone (21) 3207-1574

Instituto Nacional de Cardiologia

Rua das Laranjeiras 374 – Laranjeiras, Rio de Janeiro - RJ

Telefone (21) 3037-2257

5- **INFORMAÇÕES IMPORTANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA:**

5.1-A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.1.1- **Ordem de Serviço:**

A cada solicitação de veículo será emitida uma “Ordem de Serviço - OS”, cujo modelo consta no **Anexo 1** deste instrumento o qual, foi elaborado com base nas exigências do Artigo 4 da IN 03, de 15 de maio de 2008.

O profissional selecionado (motorista) receberá a “Ordem de Serviço” da Fiscalização (SEGETRANS), devidamente preenchida, autorizada e pronta para ser atendida.

**Observação.:** O usuário só poderá ser atendido através da autorização da “Ordem de Serviço”.

5.1.2- **Tarifa de Pedágio:**

A licitante para efeito de **isonomia das propostas** deverá aprovisionar as despesas de tarifa de PEDÁGIO em sua planilha, conforme determinado abaixo. Não serão aceitos valores diferenciados. O custo efetivo da tarifa de PEDÁGIO somente poderá ser repassado à Contratante mediante comprovação de pagamento, o qual deverá ser através do recibo de pagamento de pedágio ou comprovante do extrato do semparar.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **RODOVIAS** | **VALOR ESTIMADO MENSAL** | **VALOR ESTIMADO ANUAL** |
| Municipais, Estaduais e Federais. | **R$ 7.532,80** | **R$ 90.393,60** |

Segue abaixo a memória de cálculo do valor estimado das tarifas de pedágio:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **RODOVIAS** | **Quantidade**  **mensal**  **estimada de veículos** | **Valor da Tarifa de Pedágio**  **(ida x volta)** | **Dias úteis no mês** | **Valor total mensal estimado** | **Valor total anual estimado** |
| Rodovias Municipais | 10 | R$ 14,40 | 22 | R$ 3.168,00 | R$ 38.016,00 |
| Rodovias Estaduais | 04 | R$ 24,80 | 22 | R$ 2.182,40 | R$ 26.188,80 |
| Rodovias Federais | 04 | R$ 24,80 | 22 | R$ 2.182,40 | R$ 26.188,80 |
| **Valor Total Estimado de Tarifas de Pedágio** | | | | **R$ 7.532,80** | **R$ 90.393,60** |

**5.1.3- Depreciação dos veículos:** Os veículos a serem utilizados nesta prestação de serviço serão de propriedade da Contratada, e a contratante pagará dentro dos 12(doze) meses de vigência contratual o percentual correspondente a depreciação de 20% ao ano para os automóveis de passageiros, e 25% ao ano para as motocicletas, conforme estabelecido no Anexo III (taxas anuais de depreciação) da Instrução Normativa RFB nº 1.700 de 14/03/2017.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Referência NCM** | **Descrição dos Bens** | **Prazo de vida útil (anos)** | **Taxa anual de depreciação** |
| 8703 | Automóveis de passageiros... | 5 | 20% |
| 8711 | Motocicletas... | 4 | 25% |

**6- METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.**

6.1- Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

* 1. As Ordens de Serviços referentes ao serviço de transportes serão aceitos e a qualidade avaliada pelos usuários recebedores do serviço. O fiscal do contrato da COGIC e fiscal operacional/setorial do IFF, avaliarão a operação da prestação de serviço através do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), **Anexo 2** deste documento, onde também serão consideradas as avaliações das Ordens de Serviço a fim de certificar a qualidade da prestação de serviço, bem como o cumprimento das obrigações da Contratada.
  2. O Instrumento de Medição de Resultado (IMR) define e padroniza a avaliação de desempenho e qualidade da CONTRATADA na execução da prestação de serviços estabelecendo as bases para manter e melhorar a qualidade dos serviços através de um ciclo constante de acordos, monitoramento, relatórios e melhoria dos níveis de serviços indicando às principais irregularidades/impropriedades pertinentes a prestação dos serviços na Fundação Oswaldo Cruz, não exaurindo as possibilidades de serem aplicadas à CONTRATADA as sanções previstas neste instrumento e as punições previstas em contrato.
  3. Será considerada para efeito financeiro a seguinte forma de medição:

6.4.1-Avaliação por Instrumento de Medição de Resultado (IMR), o qual poderá descontar mensalmente da empresa Contratada a alíquota de até 10% do valor total da fatura pelo não alcance das metas pré-estabelecidas na execução do serviço, sendo 5% para as avaliações em decorrência da avaliação dos veículos, postura do profissional (motorista), uso do uniforme e crachá, entre outros, realizadas pela fiscalização do contrato, e 5% para as avaliações das Ordens de Serviços realizadas pelos usuários por meio do sistema interno de gestão da Cogic, denominado DiracWeb. As Ordens de Serviços (OS) não avaliadas pelos usuários serão consideradas como aprovadas e aquelas consideradas como ruim ou péssimo serão consideradas como reprovadas.

6.4.2 - A avaliação dos serviços executados será realizada de forma periódica, a fim de gerar relatórios mensais pela Fiocruz. Esses relatórios poderão servir como fator redutor dos valores a serem lançados nas faturas mensais de prestação dos serviços executados, em conformidade com as alíquotas obtidas nas avaliações.

6.4.3 - A fiscalização do contrato da COGIC realizará a consolidação mensal dos resultados do controle da qualidade dos serviços prestados indicando para a CONTRATADA os indicadores de não conformidade verificados no período e informando os valores a serem faturados com base na Avaliação da Qualidade dos Serviços (SLA).

6.4.4- Nas avaliações realizadas será atribuída ao formulário de avaliação da qualidade dos serviços, os conceitos “Ótimo”, “Bom”, “Ruim” e “Péssimo”, equivalentes, respectivamente, aos valores 9 a 10; 6 a 8; 3 a 5 e 0 a 2 para cada item avaliado de acordo com o número de ocorrências, conforme tabela abaixo a qual define as pontuações para o Instrumento de Medição de Resultado (IMR):

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Ótimo** | **Bom** | **Ruim** | **Péssimo** |
| **9 a 10 (de nove a dez) pontos** | **6 a 8 (de seis a oito) pontos** | **3 a 5 (de três a cinco) pontos** | **0 a 2 (de zero a dois) pontos** |

ÓTIMO - Refere-se à conformidade/atendimento total dos critérios.

BOM - Refere-se à conformidade parcial dos critérios.

RUIM - Refere-se à desconformidade parcial dos critérios.

PÉSSIMO - Refere-se à desconformidade total dos critérios.

6.4.5- O modelo de formulário utilizado para avaliação do o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) nas dependências na Fiocruz poderá ser atualizado, revisto ou sofrer adequações dos serviços quando necessário, sendo uma decisão conjunta entre a CONTRATADA e CONTRATANTE durante a execução contratual.

6.4.6- A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que será aceita ou não pela FISCALIZAÇÃO do contrato, desde que comprovada à excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

6.4.7- A FISCALIZAÇÃO irá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços executados, intervindo para corrigir ou aplicar sanções quando verificado desconformidade contínua da prestação do serviço à qualidade exigida.

6.4.8 - A CONTRATADA deverá manter registros, controles e informações das adequações de pagamento (descontos) realizadas em sua fatura mensal pelo não atendimento das metas estabelecidas, divulgando a FISCALIZAÇÃO do contrato as medidas tomadas para corrigir as inconformidades encontradas nas unidades atendidas.

6.4.9- Objetivando a qualidade dos serviços, a CONTRATADA deverá estabelecer procedimentos e condições que permitam a melhoria continua dos serviços prestados.

6.4.10- A CONTRATADA, após notificação e ciência das não conformidades encontradas, deverá estipular prazo em comum acordo com a FISCALIZAÇÃO do contrato para solucionar as falhas apontadas que foram causa de desconto na fatura anterior.

**7- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:**

7.1- Para efeito de qualificação técnico-operacional, as licitantes deverão apresentar:

* + 1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação. A licitante deverá apresentar um ou mais atestados de capacidade técnica em nome da empresa licitante, comprovando o desempenho de atividade de Locação de Veículos com Motorista, **com um mínimo de 16 veículos**, o qual representa 50% do quantitativo total da frota locada, nas conformidades do Termo de Referência, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

7.1.1.1- Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

7.1.1.2-.Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

7.1.1.3- Para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, será aceito diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, a fim de equivaler a uma única contratação.

7.1.1.4- O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

**7.2- Perfil Profissional exigido para os motoristas e motociclista:**

Idade mínima 21 anos;

Escolaridade 2º grau completo (ensino médio);

Carteira nacional de habilitação (CNH) compatível com o veículo a ser conduzido;

Curso de direção defensiva;

Experiência profissional comprovada;

Ter conhecimento e respeitar as Leis de trânsito;

Boa dicção e fluência verbal;

Saúde física e mental, estabilidade emocional;

Habilidade para lidar com o público;

Zelar pela segurança dos ocupantes e material transportado;

Raciocínio lógico e conduta proativa;

Senso de responsabilidade e bom relacionamento interpessoal;

Boa apresentação e cuidados com a higiene pessoal extensiva ao vestuário;

Noções básicas de mecânica automotiva;

Não fazer uso de cigarros, charutos ou cachimbos dentro do veículo;

Não ingerir ou transportar bebidas alcoólicas quando em serviço;

Ter conhecimento da região geográfica na qual vai atuar.

**7.3- Atribuições dos Motoristas – CBO Nº 7823-5:**

Realizar as verificações e manutenções básicas do veículo;

Receber e repassar as informações, conforme solicitação da fiscalização;

Conduzir o veículo utilizando as normas de segurança, evitando riscos para si e para os passageiros;

Devolver ao Fiscal os objetos esquecidos nos veículos;

Assim que receber as instruções de serviço, sempre que possível, calcular o tempo de chegada ao destino, consultar guias e mapas e elaborar itinerários;

Auxiliar deficientes, gestantes e idosos no embarque e desembarque do veículo;

Colocar e retirar pequenas cargas e objetos dos passageiros no compartimento de bagagem;

Comunicar à administração qualquer fato (mesmo que apenas suspeita) que possa por em risco à Instituição;

Comunicação imediata ao Fiscal de qualquer ocorrência anormal verificada no decorrer do serviço;

Jamais comentar seja interna ou externamente os fatos inerentes ao funcionamento da FIOCRUZ;

Fornecer toda e qualquer informação solicitada pelo Fiscal;

Possuir os números dos telefones de unidades de socorro da região, dos contatos da sua empresa e da FIOCRUZ, em especial da Fiscalização, visando comunicar sinistros ou imprevistos;

Anotar na Requisição de Veículo informações fiéis, solicitando sempre a assinatura do usuário;

Prestar informações à fiscalização quanto a quilometragem de chegada e de saída, ou qualquer outra informação relevante para a apuração dos serviços.

Apresentar-se para a execução dos serviços portando crachá de identificação, habilitação compatível, documentação do veículo, telefone celular ou rádio de comunicação e usando camisa com o logotipo da pessoa contratada;

**Observações:**

1. O veículo que fará base no Instituto Fernandes Figueira, com carga horária de 168 horas semanais (segunda a segunda), será destinado para transportes de Hemocomponentes e Hemoderivados.
2. Durante o transporte de hemocomponentes o motorista não deve ser designado para nenhuma outra tarefa que possa prolongar este período de tempo. Em caso de atrasos ou acidentes o motorista deve entrar em contato imediatamente com o Serviço de Hemoterapia do Instituto Fernandes Figueira, através do telefone (21) 2554-1763, para orientação.

**7.4- Atribuições do Motociclista – CBO Nº 5191-10:**

Realizar as coletas e entregas de documentos;

Seguir fielmente as Normas Técnicas e de Segurança nos trajetos até os destinos indicados, cuidando para que não haja perdas, extravios ou danos;

Informar a fiscalização do contrato qualquer impossibilidade ou divergência encontrada para conclusão do serviço de coleta e entrega de documentos;

Apresentar-se para a execução dos serviços portando crachá de identificação, habilitação compatível, documentação do veículo, telefone celular ou rádio de comunicação e usando camisa com o logotipo da pessoa contratada;

Manter-se durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas para o exercício da função;

Utilizar motocicletas equipadas com baú para a guarda dos volumes em que conste estampado o logotipo da pessoa jurídica contratada e com dispositivo de tranca tipo cadeado;

Respeitar a sinalização de trânsito nas dependências dos campi Fiocruz, principalmente referente aos limites de velocidade;

**Observação:** Das motocicletas que farão base no Instituto Fernandes Figueira, duas (02) serão destinadas para coleta de Banco de Leite (leite humano).

**8- MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

8.1- A fiscalização desta prestação de serviço contará com um Fiscal Geral, designado pela Coordenadoria-Geral de Infraestrutura dos Campi – COGIC, fiscal setorial do IFF, indicado pela Unidade e designado pela Coordenadoria-Geral de Infraestrutura dos Campi - COGIC, que irá acompanhar todas as atividades/operações do serviço, além de fiscais administrativos que dará suporte as atividades administrativas, bem como auxiliará no fechamento das faturas mensais.

8.2- A comunicação entre a fiscalização do contrato e a contratada será através do representante (preposto) designado pela contratada, o qual deverá atender todas as demandas administrativas e operacionais da prestação do serviço.

8.3- A aferição / medição do serviço para efeito de pagamento de faturas será mediante avaliação por Instrumento de Medição de Resultado – IMR, conforme descrito no item 6 deste instrumento, o qual irá definir e padronizar a avaliação de desempenho e qualidade da CONTRATADA na execução da prestação de serviços de transporte estabelecendo as bases para manter e melhorar a qualidade dos serviços através de um ciclo constante de acordos, monitoramento, relatórios e melhoria dos níveis de serviços indicando às principais irregularidades/impropriedades pertinentes a prestação dos serviços contratados.

**8.4- Para fins de pagamento da fatura mensal, será considerada a quilometragem efetivamente rodada, sem qualquer tipo de diária, estabelecendo-se uma franquia mínima mensal correspondente a 80% (oitenta por cento) da quilometragem estimada, ou seja 1.200 (um mil e duzentos) quilômetros por veículo sedan e utilitário; 1.760 (um mil setecentos e sessenta) quilômetros por veículo pick-up; 1.200 (um mil e duzentos) quilômetros por veículo motocicleta, a fim de cobrir os custos fixos da Contratada nos meses de baixa quilometragem.**

8.5- A Contratada deverá respeitar a compensação dos custos excedentes da franquia, entre os veículos da mesma categoria, onde os custos de franquia mínima não alcançada por algum veículo poderão ser compensados por outros veículos da mesma categoria que ultrapassaram (excederam) a quilometragem máxima.

8.5.1- Os quilômetros excedentes terão o mesmo valor atribuído ao quilômetro rodado da franquia.

8.5.2-A prestação de contas da quilometragem excedente será aferida no mês em que houver a oportunidade de compensação, podendo ser acumulativo de modo que não ultrapasse a vigência contratual, conforme exemplificado na tabela abaixo:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Veículo tipo SEDAN** | | | | | |
| **Veículo I** | | **Veículo II** | | **Veículo III** | |
| JUNHO | 1.600 KM | JUNHO | 1.800 KM | JUNHO | 800 KM |

Com este exemplo, na fatura/nota fiscal referente ao mês junho não haverá cobrança de quilometragem excedente, pois os 400 Km excedentes do somatório dos Veículos I e II, foram compensados com a franquia não utilizada do Veículo III.

**9- DA VISTORIA**

* 1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9:00 horas às 15:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (21) 2209-9191/9194., podendo sua realização ser comprovada por:

1. Atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017;

OU

1. Declaração emitida pelo licitante de que conhece as condições locais para execução do objeto ou que realizou vistoria no local do evento, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017, ou caso opte por não realiza-la, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejam avenças técnicas ou financeiras com este (órgão ou entidade), na forma do modelo apresentado no Edital.

9.2 O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

9.3 Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado.

**10- DO INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

10.1- A execução dos serviços será iniciada após a assinatura do contrato, onde neste constará a dada de início para a execução do referido serviço.

**11- OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

* 1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
  2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
  3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

11.4- Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

11.5- Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, em conformidade com o item 6, ANEXO XI, da IN nº 05/2017.

11.6- Emitir a Ordem de Serviço, e fiscalizar a quilometragem rodada, através de formulário específico, a ser apresentado no início dos trabalhos.

11.7- Vistoriar periodicamente todos os veículos e caso constate irregularidades, o fiscal regressará o veículo à Contratada, devendo a mesma substituí-lo no prazo máximo de uma hora.

11.8- Não permitir o pernoite de veículos da Contratada nas dependências da Contratante, exceto o veículo que atenderá as demandas do IFF – Instituto Fernandes Figueira com carga horária de 168 horas semanais (segunda a segunda).

* 1. **PAGAMENTO**

11.9.1- O pagamento será efetuado pela FIOCRUZ, mensalmente, no prazo de 30 (trinta) dias úteis do mês subsequente, mediante a apresentação da Nota Fiscal de Serviço/Fatura discriminativa, devidamente atestada pelo Fiscal do Contrato, seja ele operacional ou administrativo.

11.9.2- O fechamento mensal do serviço será feito pela COGIC, inclusive da Unidade IFF – Instituto Fernandes Figueira, onde o pagamento será descentralizado da COGIC, através do relatório de IMR – Instrumento de Medição de Resultado, Anexo 2, da COGIC juntamente com o IMR recebido do IFF, onde será comunicado a contratada os valores que deverão ser faturadas para cada Unidade (COGIC e IFF).

11.9.3- A contratada deverá emitir a nota fiscal de serviço/fatura discriminativa para cada unidade. Sendo assim, para esta prestação de serviço deverá ser emitida 02 (duas) notas fiscais/fatura, com as seguintes razões sociais:

→ Instituto Fernandes Figueira / IFF – CNPJ 33781055000216;

→ Coordenação-Geral de Infraestrutura dos Campi / COGIC – CNPJ - 33781055000305;

**12- OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

* 1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
  2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
  3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
  4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
  5. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
  6. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;
  7. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
  8. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
  9. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
  10. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
  11. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
  12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
  13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
  14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
  15. Deter instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação.
      1. Para a realização do objeto da licitação, a Contratada deverá entregar declaração de que possui instalação ou instalará escritório no Estado do Rio de Janeiro, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato, dispondo de capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Contratante, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos funcionários.
  16. A contratada deverá entregar à fiscalização do contrato, cópia da carteira de habilitação do motorista, assim como o “nada consta” de infrações de trânsito.
  17. Comprovar que todos os veículos disponibilizados para uso da Contratante são de propriedade da contratada, e apresentar toda a documentação que confirme a legalização dos mesmos junto ao DENATRAN e DETRAN. Original e cópia autenticada do Certificado de Propriedade do veículo, o Seguro Obrigatório (DPVAT) e IPVA quitados e cópia da apólice de seguro total de toda a frota.
  18. Comprometer-se a substituir, sempre que exigido pelo Fiscal do Contrato, qualquer profissional terceirizado vinculado à prestação do serviço cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina do órgão e ao interesse do serviço público.
  19. A Contratada deverá indicar um representante devidamente capacitado, para atender às necessidades administrativas dos seus empregados (controle de frequência, atestados médicos, etc.), e responder pela Contratada junto a Contratante.
  20. Apresentar todos os veículos nas características e especificações indicadas, sempre, em perfeitas condições de uso (mecânica, lataria, limpeza interna e externa), abastecidos de combustível, óleo e água no nível, pneus (inclusive step) em bom estado, calibrados, com todos os itens de sinalização e acessórios.
  21. Realizar constantemente manutenções preventivas em todos os veículos locados na prestação de serviço, a fim de garantir perfeitas condições de uso, bem como garantir a segurança dos motoristas e usuários. A fiscalização do contrato poderá solicitar a contratada documentos que possam comprovar as manutenções realizadas nos veículos locados.
  22. OBS.(1): O veículo deverá estar no local da prestação dos serviços, quinze minutos antes do início do trabalho. Não será permitido o procedimento de limpeza nas dependências da Contratante.
  23. OBS.(2): O veículo deverá ser identificado, conforme determinado pela IN 03, de 15 de maio de 2008. O modelo da identificação do veículo está descrito no Anexo 3, deste instrumento.
  24. OBS.(3): Todas as despesas decorrentes da utilização dos veículos, as quais não compõem a planilha de custos e formação de preços, tais como multas, reparos de pneus, reboques, estacionamentos, dentre outros, correrão por conta da contratada. Logo, a Administração não efetuará tais repasses.
  25. A Contratada deverá comprovar a existência de assistência técnica para atendimento e socorro dos veículos locados, através da apresentação de apólice de seguro.
  26. A Contratada deverá prover seus funcionários de meios para contato rápido com a fiscalização do Contrato e suporte as ações de supervisão dos serviços, ficando sob sua responsabilidade todas as despesas decorrentes da operação e manutenção do mesmo.
  27. A Contratada deverá ter o controle diário dos quilômetros rodados de cada veículo do contrato, de forma que no final do expediente possa apresentar ao fiscal do contrato da COGIC e ao fiscal operacional/setorial do IFF a comprovação do serviço prestado.
  28. Todos os demais insumos necessários para a prestação dos serviços da presente contratação serão de inteira responsabilidade da contratada fornecer.
  29. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas.
  30. Em caso de pane do veículo em serviço impossibilitando a continuidade da missão estabelecida, a Contratada obriga-se a providenciar um veiculo substituto no prazo máximo de uma hora ou, arcar com as despesas de locomoção do(s) agente(s) público(s) ocupante(s).
  31. Não permitir que os veículos locados pernoitem nas dependências da Contratante, nem mesmo em caso de avaria. Somente o veículo que atenderá as demandas do IFF – Instituto Fernandes Figueira com carga horária de 168 horas semanais (segunda a segunda) poderá pernoitar nas dependências da contratada.
  32. Apresentar a fiscalização do contrato da COGIC/SEGETRANS a arte final do adesivo de identificação dos veículos, para aprovação.

**13- DA SUBCONTRATAÇÃO**

13.1- Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

**14- ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

14.1- É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/por outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

**15- CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

15.1- O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

* 1. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
  2. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
  3. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 47 e no ANEXO V, item 2.6, i, ambos da IN nº 05/2017.
  4. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo 2 deste instrumento, para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

* 1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
  2. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
  3. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
  4. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
  5. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
  6. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
  7. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
  8. O fiscal técnico, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
  9. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
  10. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
  11. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
  12. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

**16- DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

16.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente após o atendimento das Ordens de Serviço, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser elaborado relatório circunstanciado, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

16.2- Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

16.3- Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contados do recebimento provisório (após o atendimento das Ordens de Serviço), após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

16.3.1- Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

16.3.2- Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato (item 4 do ANEXO VIII-A da IN nº 05/2017).

16.4- O recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, será realizado pelo gestor do contrato.

16.4.1- O gestor do contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização técnica e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

16.4.2- O gestor emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

16.5- O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

1. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
   1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

17.1.1- inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

* + 1. ensejar o retardamento da execução do objeto;
    2. falhar ou fraudar na execução do contrato;
    3. comportar-se de modo inidôneo; e
    4. cometer fraude fiscal.
  1. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
     1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
     2. Multa de:
        1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
        2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
        3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
        4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

17.2.2.5- 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

* + - 1. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.
    1. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos.
    2. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
    3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.
  1. As sanções previstas nos subitens 17.2.1, 17.2.3, 17.2.4 e 17.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
  2. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

|  |  |
| --- | --- |
| GRAU | CORRESPONDÊNCIA |
| 1 | 0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 2 | 0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 3 | 0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 4 | 1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 5 | 3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato |

Tabela 2

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| INFRAÇÃO | | |
| ITEM | DESCRIÇÃO | GRAU |
| 1 | Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou conseqüências letais, por ocorrência; | 05 |
| 2 | Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento; | 04 |
| 3 | Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia; | 03 |
| 4 | Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia; | 02 |
| Para os itens a seguir, deixar de: | | |
| 5 | Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência; | 02 |
| 6 | Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia; | 01 |
| 7 | Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência; | 03 |
| 8 | Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato; | 01 |
| 9 | Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA | 01 |

17.5- Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

* + 1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
    2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
    3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

17.6- A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

17.7- A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

17.8- As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

**Rio de Janeiro, 18 de junho de 2018.**

**Tadeu Montenegro Chermont**

**Serviço de Gestão de Transportes/COGIC**

**Matricula Siape:07064-9**

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**Coordenador-Geral de Infraestrutura dos Campi/COGIC**

**ANEXO VII – Modelo de Instrumento de Medição de Resultado – IMR,**

**anexo V – B da IN SEGES/MP 05/2017.**



**ANEXO VIII - TERMO DE SIGILO E CONFIDENCIALIDADE**

Pelo presente Termo, a empresa \_\_\_\_\_\_ (razão social, CNPJ, endereço) neste ato representada pelo seu representante legal (nome, nacionalidade, estado civil, profissão, CPF e RG), da empresa assume o compromisso de manter o mais absoluto sigilo sobre qualquer informação a que tiver acesso relacionado às pesquisas e serviços desenvolvidos no âmbito da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ. Para tanto, declara e se obriga:

A manter sigilo, tanto escrito como verbal, ou, por qualquer outra forma, de todos os dados, informações científicas e técnicas e, sobre todos dos materiais obtidos, tais como: operações, processos, planos ou intenções, informações sobre produção, instalações, equipamentos, segredos de negócio, segredo de fábrica, dados, habilidades especializadas, projetos, métodos e metodologia, fluxogramas, especializações, componentes, fórmulas, produtos, amostras, diagramas, desenhos esquema industrial, patentes, biológicos, técnicas, desenhos, cópias, diagramas, fórmulas, modelos, amostras, croquis, fotografias, plantas, programas de computador, discos, disquetes, processos, projetos, oportunidades de mercado e questões relativas a negócios revelados na atividade desenvolvida e sobre qualquer outra tecnologia, relacionados a sua participação;

1. A não revelar, repassar, gravar, reproduzir, utilizar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, de dados, informações científicas ou materiais obtidos com sua participação, sem a prévia análise da Coordenação da Gestão Tecnológica/GESTEC - VPPIS**,** sobre a possibilidade de proteção, nos órgãos especializados, dos resultados ou tecnologia envolvendo aquela informação;
2. A não tomar, sem autorização da Instituição, qualquer medida com vistas a obter para si ou para terceiros, os direitos de propriedade intelectuais relativos ás informações sigilosas a que tenham acesso.
3. A ciência que todos os documentos, inclusive o caderno de protocolo, contendo dados e informações relativas a qualquer pesquisa são de propriedade dos Laboratórios da Instituição.
4. A concordância que todos os materiais, sejam biológicos, modelos, protótipos e/ou noutros de qualquer natureza pertencem aos Laboratórios da Instituição, sendo vedada a apropriação de qualquer material ou tecnologia seja ele confidencial e sigiloso ou não.
5. A obrigação de ressarcir a Fundação Oswaldo Cruz na forma da lei na ocorrência de qualquer dano ou prejuízo oriundo de uma eventual quebra de sigilo.

A vigência da obrigação de confidencialidade e sigilo, assumida por meio deste termo, terá a validade enquanto a informação não for tomada de conhecimento público pela Fundação Oswaldo Cruz ou outra pessoa mediante expressa autorização escrita.

O presente Termo tem natureza irrevogável e irretratável, e o seu não cumprimento acarretará sanções judiciais de ordem penal civil e administrativa contra seus transgressores.

Para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro-RJ e com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2018.

Razão Social, endereço e CNPJ da pessoa jurídica.

Assina o representante legal, preferencialmente o sócio gerente

**ANEXO IX**

**TERMO DE CONCILIAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E A UNIÃO**

|  |
| --- |
| O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, neste ato representado pelo Procurador-Geral do Trabalho, Dr. Guilherme Mastrichi Basso, pela Vice-Procuradora-Geral do Trabalho, Dra. Guiomar Rechia Gomes, pelo Procurador-Chefe da PRT da 10ª Região, Dr. Brasilino Santos Ramos e pelo Procurador do Trabalho Dr. Fábio Leal Cardoso, e a UNIÃO, neste ato representada pelo Procurador-Geral da União, Dr. Moacir Antonio da Silva Machado, pela Sub Procuradora Regional da União - 1ª Região, Dra. Helia Maria de Oliveira Bettero e pelo Advogado da União, Dr. Mário Luiz Guerreiro;  CONSIDERANDO que toda relação jurídica de trabalho cuja prestação laboral não eventual seja ofertada pessoalmente pelo obreiro, em estado de subordinação e mediante contraprestação pecuniária, será regida obrigatoriamente pela Consolidação das Leis do Trabalho ou por estatuto próprio, quando se tratar de relação de trabalho de natureza estatutária, com a Administração Pública;  CONSIDERANDO que a legislação consolidada em seu art. 9º, comina de nulidade absoluta todos os atos praticados com o intuito de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação da lei trabalhista;  CONSIDERANDO que as sociedades cooperativas, segundo a Lei n. 5.764, de 16.12.1971, art. 4º, “(...) são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados”.  CONSIDERANDO que as cooperativas podem prestar serviços a não associados somente em caráter excepcional e desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais previstos na sua norma estatutária, (art. 86, da Lei n. 5.764, de 16.12.1971), aspecto legal que revela a patente impossibilidade jurídica das cooperativas funcionarem como agências de locação de mão-de-obra terceirizada;  CONSIDERANDO que a administração pública está inexoravelmente jungida ao princípio da legalidade, e que a prática do merchandage é vedada pelo art. 3º, da CLT e repelida pela jurisprudência sumulada do C. TST (En. 331);  CONSIDERANDO que os trabalhadores aliciados por cooperativas de mão-de-obra, que prestam serviços de natureza subordinada à UNIÃO embora laborem em situação fática idêntica a dos empregados das empresas prestadoras de serviços terceirizáveis, encontram-se à margem de qualquer proteção jurídico-laboral, sendo-lhes sonegada a incidência de normas protetivas do trabalho, especialmente àquelas destinadas a tutelar a segurança e higidez do trabalho subordinado, o que afronta o princípio da isonomia, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho (arts. 5º, caput e 1º, III e IV da Constituição Federal);  CONSIDERANDO que num processo de terceirização o tomador dos serviços (no caso a administração pública) tem responsabilidade sucessiva por eventuais débitos trabalhistas do fornecedor de mão-de-obra, nos termos do Enunciado 331, do TST, o que poderia gerar graves prejuízos financeiros ao erário, na hipótese de se apurar a presença dos requisitos do art. 3º, da CLT na atividade de intermediação de mão-de-obra patrocinada por falsas cooperativas;  CONSIDERANDO o teor da Recomendação Para a Promoção das Cooperativas aprovada na 90ª sessão, da OIT – Organização Internacional do Trabalho, em junho de 2002, dispondo que os Estados devem implementar políticas no sentido de:  “8.1.b Garantir que as cooperativas não sejam criadas para, ou direcionadas a, o não cumprimento das lei do trabalho ou usadas para estabelecer relações de emprego disfarçados, e combater pseudocooperativas que violam os direitos dos trabalhadores velando para que a lei trabalhista seja aplicada em todas as empresas.”  RESOLVEM  Celebrar CONCILIAÇÃO nos autos do Processo 01082-2002-020-10-00-0, em tramitação perante a MM. Vigésima Vara do Trabalho de Brasília-DF, mediante os seguintes termos:  Cláusula Primeira - A UNIÃO abster-se-á de contratar trabalhadores, por meio de cooperativas de mão-de-obra, para a prestação de serviços ligados às suas atividades-fim ou meio, quando o labor, por sua própria natureza, demandar execução em estado de subordinação, quer em relação ao tomador, ou em relação ao fornecedor dos serviços, constituindo elemento essencial ao desenvolvimento e à prestação dos serviços terceirizados, sendo eles:   1. – Serviços de limpeza;   b) – Serviços de conservação;  c) – Serviços de segurança, de vigilância e de portaria;  d) – Serviços de recepção;  e) – Serviços de copeiragem;  f) – Serviços de reprografia;  g) – Serviços de telefonia;  h) – Serviços de manutenção de prédios, de equipamentos, de veículos e de instalações;  i) – Serviços de secretariado e secretariado executivo;  j) – Serviços de auxiliar de escritório;  k) – Serviços de auxiliar administrativo;  l) – Serviços de office boy (contínuo);  m) – Serviços de digitação;  n) – Serviços de assessoria de imprensa e de relações públicas;  o) – Serviços de motorista, no caso de os veículos serem fornecidos pelo próprio órgão licitante;  p) – Serviços de ascensorista;  q) – Serviços de enfermagem; e  r) – Serviços de agentes comunitários de saúde.  Parágrafo Primeiro – O disposto nesta Cláusula não autoriza outras formas de terceirização sem previsão legal.  Parágrafo Segundo – As partes podem, a qualquer momento, mediante comunicação e acordos prévios, ampliar o rol de serviços elencados no caput.  Cláusula Segunda - Considera-se cooperativa de mão-de-obra, aquela associação cuja atividade precípua seja a mera intermediação individual de trabalhadores de uma ou várias profissões (inexistindo assim vínculo de solidariedade entre seus associados), que não detenham qualquer meio de produção, e cujos serviços sejam prestados a terceiros, de forma individual (e não coletiva), pelos seus associados.  Cláusula Terceira - A UNIÃO obriga-se a estabelecer regras claras nos editais de licitação, a fim de esclarecer a natureza dos serviços licitados, determinando, por conseguinte, se os mesmos podem ser prestados por empresas prestadoras de serviços (trabalhadores subordinados), cooperativas de trabalho, trabalhadores autônomos, avulsos ou eventuais;  Parágrafo Primeiro - É lícita a contratação de genuínas sociedades cooperativas desde que os serviços licitados não estejam incluídos no rol inserido nas alíneas “a” a “r” da Cláusula Primeira e sejam prestados em caráter coletivo e com absoluta autonomia dos cooperados, seja em relação às cooperativas, seja em relação ao tomador dos serviços, devendo ser juntada, na fase de habilitação, listagem contendo o nome de todos os associados. Esclarecem as partes que somente os serviços podem ser terceirizados, restando absolutamente vedado o fornecimento (intermediação de mão-de-obra) de trabalhadores a órgãos públicos por cooperativas de qualquer natureza.  Parágrafo Segundo – Os editais de licitação que se destinem a contratar os serviços disciplinados pela Cláusula Primeira deverão fazer expressa menção ao presente termo de conciliação e sua homologação, se possível transcrevendo-os na íntegra ou fazendo parte integrante desses editais, como anexo.  Parágrafo Terceiro - Para a prestação de serviços em sua forma subordinada, a licitante vencedora do certame deverá comprovar a condição de empregadora dos prestadores de serviços para as quais se objetiva a contratação, constituindo-se esse requisito, condição obrigatória à assinatura do respectivo contrato.  DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO  Cláusula Quarta – A UNIÃO obriga-se ao pagamento de multa (estreite) correspondente a R$ 1.000,00 (um mil reais) por trabalhador que esteja em desacordo com as condições estabelecidas no presente Termo de Conciliação, sendo a mesma reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).  Parágrafo Primeiro – O servidor público que, em nome da Administração, firmar o contrato de prestação de serviços nas atividades relacionadas nas alíneas “a” a “r” da Cláusula Primeira, será responsável solidário por qualquer contratação irregular, respondendo pela multa prevista no caput, sem prejuízo das demais cominações legais.  Parágrafo Segundo – Em caso de notícia de descumprimento dos termos firmados neste ajuste, a UNIÃO, depois de intimada, terá prazo de 20 (vinte) dias para apresentar sua justificativa perante o Ministério Público do Trabalho.  DA EXTENSÃO DO AJUSTE À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA INDIRETA  Cláusula Quinta – A UNIÃO se compromete a recomendar o estabelecimento das mesmas diretrizes ora pactuadas em relação às autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, a fim de vincular todos os órgãos integrantes da administração pública indireta ao cumprimento do presente termo de conciliação, sendo que em relação às empresas públicas e sociedades de economia mista deverá ser dado conhecimento ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou órgão equivalente, para que discipline a matéria no âmbito de sua competência.  DA HOMOLOGAÇÃO JUDICIAL DO AJUSTE  Cláusula Sexta – - As partes submetem os termos da presente conciliação à homologação do Juízo da MM. Vigésima Vara do Trabalho, para que o ajuste gere os seus efeitos jurídicos.  Cláusula Sétima - Os termos da presente avença gerarão seus efeitos jurídicos a partir da data de sua homologação judicial.  Parágrafo único – Os contratos em vigor entre a UNIÃO e as Cooperativas, que contrariem o presente acordo, não serão renovados ou prorrogados.  Cláusula Oitava -A presente conciliação extingue o processo com exame do mérito apenas em relação à UNIÃO, prosseguindo o feito quanto aos demais réus. Dito isto, por estarem as partes ajustadas e compromissadas, firmam a presente conciliação em cinco vias, a qual terá eficácia de título judicial, nos termos dos artigos 831, parágrafo único, e 876, caput, da CLT.  Brasília, 05 de junho de 2003.  GUILHERME MASTRICHI BASSO GUIOMAR RECHIA GOMES  Procurador-Geral do Trabalho Vice-Procuradora-Geral do Trabalho  BRASILINO SANTOS RAMOS FÁBIO LEAL CARDOSO  Procurador-Chefe/PRT 10ª Região Procurador do Trabalho  MOACIR ANTONIO DA SILVA MACHADO Procurador-Geral da União  HELIA MARIA DE OLIVEIRA BETTERO MÁRIOLUIZ GUERREIRO  Sub-Procuradora-Regional da União–1ª Região Advogado da União  Testemunhas:  \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ GRIJALBO FERNANDES COUTINHO  Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA  \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ PAULO SÉRGIO DOMINGUES  Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil – AJUFE  \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ REGINA BUTRUS  Presidente da Associação Nacional dos Procuradores  do Trabalho – ANPT |